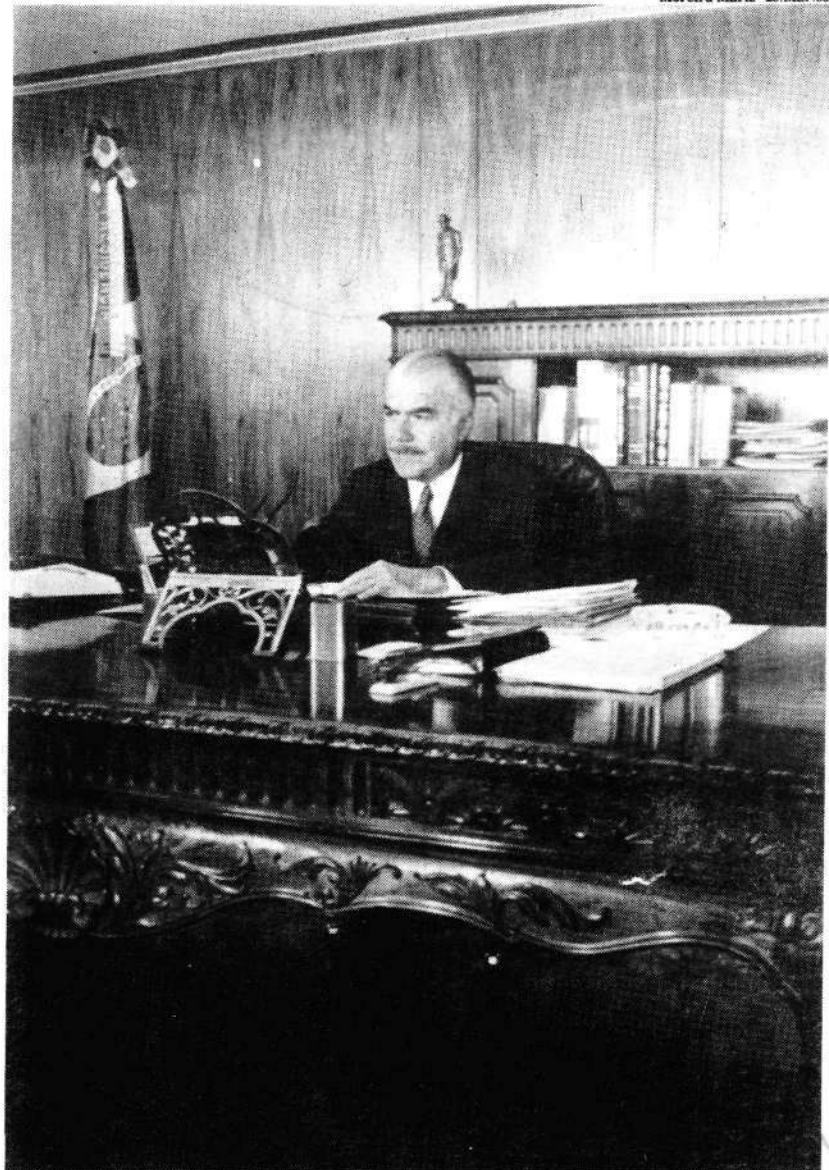


Sarney é contra adiar votação do mandato, diz Prisco

Moreira Mariz - 26. Mar. 88



O presidente José Sarney em seu gabinete no Palácio do Planalto

O presidente José Sarney não quer que a votação do seu mandato seja adiada para a próxima semana. Depois de duas horas de reunião (das 11h30 às 13h30) com o presidente, os líderes do governo na Câmara e no Senado, Carlos Sant'Anna e Saldanha Derzi, e do PFL, deputado José Lourenço, deixaram ontem o Palácio da Alvorada com a disposição de mobilizar os constituintes para que permaneçam em Brasília para definir o mandato, mesmo que a votação tenha de ocorrer neste final de semana. Participaram também oito ministros e os assessores Thales Ramalho e Henrique Hargreaves.

"Não concordamos e nem aceitamos que em função de interesses menores da esquerda se esteja protelando a votação do mandato", declarou José Lourenço, líder do PFL. Disse que iria procurar o deputado Wlysses Guimarães (presidente do Congresso constituinte) no início da tarde, juntamente com o deputado Carlos Sant'Anna e o senador Saldanha Derzi, para que a questão do mandato fosse colocada na pauta da votação.

Lourenço afirmou que caso os defensores de um mandato de quatro anos não fechem um acordo sobre os três últimos capítulos do título "Da Ordem Econômica", como estratégia de obstrução, "nós vamos votar mesmo sem acordo". Disse que o país não pode ficar na instabilidade devido a indefinição do mandato do presidente Sarney. Lourenço negou que a votação do mandato na próxima semana favoreça os qua-

Da Sucursal de Brasília



troanistas. "Temos maioria consolidada", afirmou.

O ministro da Habitação, Prisco Viana, disse que o adiamento não coloca em risco a vitória dos cinco anos, dada como certa pelo governo. Na sua opinião, o problema é que a nação inteira está na expectativa da votação e não há nada que impeça a sua realização. "Há apenas uma questão de capricho de alguns constituintes, que não deve ser predominante neste momento."

Para o deputado Arnaldo Prieto (PFL-RS), o adiamento não prejudica a emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), que fixa em cinco anos o mandato de Sarney. Mas ele acredita que o anúncio do "já ganhou" feito pelos constituintes afinados com o governo poderá provocar uma desmobilização ainda maior. Prieto esteve com o presidente antes da reunião.

O líder do PTB, deputado Gastone Righi, que também foi ao Alvorada, não acredita que a questão do mandato seja votada ainda esta semana. "Acho um pouco difícil, diante da obstrução deliberada que o líder do PMDB, senador Mário Covas, vem desenvolvendo". Ele acusou o senador de estar tentando transformar a definição do mandato de Sarney em "suplicio de Tântalo". "Poderíamos resolver isto até amanhã (hoje) e liberar o presidente para outras coisas de interesse da nação", afirmou Righi. Tântalo é uma figura lendária, cujo suplicio por haver roubado os manjares dos deuses para dá-los a conhecer os homens, era estar perto da água que se afastava quando tentava bebê-la e sob árvores que encolhiam os ramos quando lhes tentava colher os frutos.

Righi disse que acha possível que Mário Covas esteja tentando uma manobra que permita a votação

amanhã e, com isto favorecer a tese dos quatro anos. "Mas se for isto é uma manobra muito mesquinha, muito pequena e, como líder, o Covas deve querer votações que reflitam o pensamento da maioria e não se constituam em rasteiras regimentais", acrescentou.

O líder do PTB disse ainda que o mandato do presidente é uma questão aberta no seu partido. Afirmou, porém, que a maioria votará pelos cinco anos. "Ou seja, pela não-discriminação do presidente Sarney, já que a maioria votou por um mandato de cinco anos para os futuros presidentes."

As críticas do líder do PTB não se restringiram ao senador Mário Covas. Ele condenou também a campanha do deputado José Lourenço contra o ministro da Previdência Social, Renato Archer. Na opinião de Righi, José Lourenço "tinha que ser um pouco isento e mais sério". E acrescentou: "Não sei se valeria a pena o presidente criar um atrito com o deutor Ulysses por causa do ministro Archer."

Indagado se uma reforma ministerial, após a definição do mandato do presidente, não poderia beneficiar o PTB, Gastone Righi disse que era preciso pensar se ainda vale a pena dar apoio a um governo que está "bastante desgastado". "Sem canalhices, mas é preciso pesar muito. Somos um partido em crescimento, há uma eleição pela frente, o governo tem pouco tempo de duração. É preciso pesar muito."

O presidente José Sarney quer evitar, a todo custo, que algum tipo de estratégia — ainda não identificada — comprometa a aprovação do mandato de cinco anos. Em reunião realizada ontem de manhã no Palácio da Alvorada — com a presença de oito ministros, dos líderes afinados com o governo no

Congresso constituinte e de assessores do Planalto —, o presidente determinou que a mobilização dos parlamentares cincoanistas seja mantida para que o governo não se veja "prisioneiro de manobras".

A assessoria do presidente não entende o motivo da protelação da decisão sobre o mandato, já que considera irreversível a tendência majoritária em favor dos cinco anos. Nas últimas reuniões destinadas à discussão da votação do mandato, Sarney também não identificou este motivo. Segundo apurou a Folha, ele considera que não há fatos que justifiquem o retardamento, apenas especulações (sobre a "estratégia secreta" do senador Mário Covas, por exemplo). Isto aumenta sua ansiedade para que a questão seja definida logo.

As incertezas do governo sobre os interesses que estão levando ao retardamento da votação aumentam porque, no seu entender, ela não terá qualquer resultado político positivo para os quatroanistas. Assim, este adiamento só indisporia esta corrente política com a opinião pública, que, ainda na avaliação do governo está ansiosa para ver a nova Constituição. O governo considera fraca a interpretação corrente, de que os quatroanistas estariam querendo apenas irritar o presidente, colocando em risco sua viagem para Nova York, marcada para o dia 5. Este motivo é considerado "pequeno", levando-se em conta os prejuízos políticos que estas manobras podem causar aos seus articuladores, na ótica do Planalto. Sarney já adiou viagens a Bolívia, a Pernambuco e a Minas Gerais, mas ontem à noite o porta-voz Carlos Henrique Santos, afirmou que "o presidente irá a Nova York na data prevista, mente da definição ou não da votação do seu mandato".

Lula Marques - 16. Mai. 88



O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA)

Emenda Iensen provocará controvérsia sobre a posse

Do enviado especial a Brasília

A aprovação da emenda Matheus Iensen (PMDB-PR) vai criar um problema: ao determinar um mandato de cinco anos para o presidente Sarney, sem estipular data, marcaria a posse do novo presidente para o dia 15 de março de 1990. No entanto, o próprio texto já aprovado diz que o novo presidente deve tomar posse no dia 1º de janeiro.

Esse é apenas um dos problemas envolvidos na discussão da votação do artigo sobre o mandato nas Disposições Transitórias da futura Constituição. Como os outros, vai ter que ter uma solução política. Segundo o líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), o princípio que deve reger a solução do problema é o de fazer prevalecer o mandato sobre a data de posse, deixando Sarney com cinco anos completos.

Para isso, ele espera aproveitar algumas das 28 emendas existentes sobre a questão para fazer o que chama de "um acerto" no texto. Caso as condições não permitam uma definição, ele acredita que a solução da dúvida pode ser feita pelo Poder Judiciário.

Sant'Anna queria ontem uma definição rápida das dúvidas ainda existentes sobre como votar as Disposições Transitórias, para conseguir colocar o mandato em votação ainda esta semana. Ele sugeriu que o líder do PMDB, senador Mário Covas (SP), estaria começando a comandar uma manobra de obstrução para impedir essas definições.

O fato é que sua tentativa de acelerar os trabalhos não foi bem sucedida, apesar dos esforços de mobilização de parlamentares feitos pelo governo. Sem acordo nos Capítulos sobre Família e Índio, a questão da ordem de votação das Disposições Transitórias pode apresentar problemas que sequer começaram a ser discutidos pela maioria dos parlamentares. Se valer a posição de Sant'Anna, o roteiro seria o seguinte: votação em bloco do texto do Centrão, ressaltados os destaques, votação da emenda Matheus Iensen e votação de um destaque resultante de fusões que acertasse a data da posse do novo presidente. Para chegar até lá, ele ainda precisa ganhar várias batalhas.

(Jorge Caldeira)